



134
7
r
el

Processo n.º02/10

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocípédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 02.08.2010, contra o ciclista . tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar por não ter fornecido informação precisa e actualizada sobre a sua localização, por duas vezes, num período de 18 meses, sendo que o ciclista estava obrigado a fazê-lo nos termos do artigo 7.º da Lei n.º27/2009 de 19 de Junho, e ainda por ter sido declarado como não realizado um controlo antidoping que se tentou efectuar ao ciclista, na sua residência.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado Relatório Final (v. fls. 127 a 134 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade, e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer parte integrante da presente decisão.

De acordo com o Relatório Final, os factos dados como provados consubstanciam a prática de duas infracções ao disposto no artigo 7.º n.º1 da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho e a verificação de um controlo declarado como não realizado. Como os factos ocorreram no período de 18 meses consecutivos, constituem uma violação das normas antidopagem, nos termos do disposto no artigo 3.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho.

Dado que o Arguido é reincidente (trata-se da terceira infracção que pratica: 1.ª - ano 2001 - amostra A e B 236256 / 2.ª - ano 2004 - amostra A e B 303711), a sanção equivalerá a pena de suspensão por um período de 15 a 20 anos (v. artigo 58.º/1 e 3 da Lei n.º27/2009 de 19 de Junho).

Pelo exposto decide-se condenar o Arguido a uma sanção de suspensão de toda a actividade desportiva pelo prazo de 15 anos (início: 29.12.2010; termo: 29.12.2025).



135

Notifique-se a decisão ao Arquido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2010

O Conselho de Disciplina,

Miguel Sousa Gouveia

João Pedro Antunes

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS E FUNDAMENTAÇÃO

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista _____, com a licença n.º _____, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo cometimento de duas infracções ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea g) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, e de uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea f) do mesmo diploma, tendo as três infracções ocorrido no período de 18 meses consecutivos, o que constitui uma violação das normas antidopagem.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 56.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido (v. fls. 110 a 120) e se procedeu, *inter alia*, à sua audição.

O Arguido não constituiu mandatário e não apresentou resposta escrita à nota de culpa, nem qualquer requerimento probatório.

O Arguido prestou declarações (v. fls. 121 a 124) e não foram realizadas mais diligências probatórias, uma vez que não foram requeridas e não se revelaram necessárias.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre agora enunciar os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar,

analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito. Finalmente, proceder-se-á à subsunção dos factos às normas legais e regulamentares aplicáveis.

i) DOS FACTOS:

No presente inquérito, o Arguido vinha acusado da prática de três infracções, a saber:

1. Não ter procedido ao envio para a ADoP, dentro do prazo estabelecido, do formulário de localização relativo ao primeiro trimestre do ano de 2010 (prática p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea f) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho);
2. Não ter procedido ao envio para a ADoP, dentro do prazo estabelecido, do formulário de localização relativo ao terceiro trimestre do ano de 2010 (prática p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea f) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho);
3. Ter impedido, sem justificação válida, a realização de um controlo antidopagem, em virtude de não se encontrar presente, durante o período e no local por si definidos no formulário do sistema de localização (prática p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea g) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

Como os factos de que o Arguido vinha acusado ocorreram no período de 18 meses consecutivos, constituem uma violação das normas antidopagem, nos termos do disposto no artigo 3.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho.

A acusação relativa à não entrega atempada dos formulários de localização fundou-se nos Pareceres n.º 1/2010 e 22/2010 da ADoP (v. fls. 13, 14, 95 e 96). Relativamente à acusação de que o Arguido, ao não se encontrar no período e local definidos no formulário do sistema de localização, impediu a realização do controlo antidopagem, a mesma foi sustentada com base no conteúdo do Relatório da Acção de Controlo Antidopagem (v. fls. 81 a 83).

Aquando da sua inquirição, o Arguido alegou, *grosso modo*, que:

- a. Sabia que estava incluído no grupo alvo de praticantes a submeter a controlo antidopagem e, como tal, que estava obrigado a enviar os formulários de localização para a ADoP até às 24 horas do dia anterior ao início do respectivo semestre;

- b. Não enviou o formulário relativo ao primeiro semestre de 2010 atempadamente para a ADoP (fê-lo apenas no dia 21 de Janeiro) porque teve dificuldades no preenchimento do mesmo, tendo inclusivamente de pedir ajuda a um outro colega (o ciclista da equipa);
- c. Não enviou o formulário relativo ao terceiro semestre de 2010 atempadamente para a ADoP (fê-lo apenas no dia 4 de Julho) porque em finais de Junho (em data que não sabe precisar) foi a casa do colega para juntos procederem ao envio, mas o computador daquele estava com problemas informáticos que impediram o envio do e-mail com o respectivo anexo;
- d. No dia 3 de Julho, após ser submetido a um controlo antidopagem, o médico responsável pelo controlo de dopagem informou-o que ainda não haviam recebido o seu formulário relativo ao terceiro trimestre, e foi nessa data que se deslocou novamente a casa do seu colega Luís Silva e o incumbiu de proceder ao envio. No dia seguinte, este informou-o de que já havia procedido ao envio dos formulários;
- e. Relativamente à acção de controlo antidopagem não realizada, afirma que no dia 30 de Maio de 2010 esteve na sua casa até às 09h30m e, até essa hora, a campanha não tocou. Estava acompanhado unicamente pelo seu filho, menor de idade (8 anos), e tem a certeza que se a campanha tivesse tocado, teria ouvido.

- Conclusões

O Arguido estava ciente de que pertencia ao grupo alvo de praticantes a submeter a controlo antidopagem e, como tal, que estava obrigado a enviar os formulários de localização para a ADoP até às 24 horas do dia anterior ao início do respectivo semestre (nos termos do disposto no artigo 7.º da Portaria 1123/2009, de 1 de Outubro).

Não obstante, confessa que não procedeu ao envio atempado dos formulários de localização relativos ao primeiro e terceiro semestres do ano de 2010.

Tenta justificar esses atrasos nos envios alegando que "... nunca foi ele que tratou desses aspectos (nas outras equipas por onde passou, sempre havia alguém que tratava disso). Ainda

tem algumas dificuldades no preenchimento do formulário e não sabia que os prazos estabelecidos eram mesmo para serem cumpridos. Pensou sempre que os atrasos fossem tolerados, pois sabe que no 1.º trimestre praticamente todos os ciclistas enviaram fora do prazo e não houve consequências. Depois, o facto de não ter computador nem fax em casa, também não ajuda no cumprimento destas obrigações." (v. fls. 122 e 123).

As justificações apresentadas não são, em nosso entender, atendíveis, dado que apenas demonstram uma atitude despreocupada e negligente, que não se coaduna com as obrigações de um atleta profissional.

Aliás, esse facto fica evidenciado se levarmos em linha de conta que aquando do primeiro incumprimento, a ADoP deu a oportunidade ao Arguido de não ser contabilizada a infracção, notificando-o, no dia 21 de Janeiro de 2010, para que viesse juntar o formulário de localização. Nesse mesmo dia, o Arguido enviou, via correio electrónico, o dito formulário. Ao processar a informação, a ADoP verificou que o formulário continha diversas irregularidades de preenchimento, tendo solicitado ao Arguido (por via telefónica e correio electrónico) que as corrigisse no prazo de 48 horas, facto que nunca veio a acontecer. Aquando da sua inquirição, confrontado com este facto, o Arguido defendeu-se, alegando que *"tem praticamente a certeza que procedeu à rectificação, alguns dias depois. No entanto, não sabe especificar em que dia fez as ditas rectificações. Sabe apenas que as enviou por e-mail para a ADoP. Compromete-se a juntar ao processo o referido e-mail."* (v. fls. 122). Não obstante, até à data, não o fez, nem apresentou qualquer justificação para o incumprimento do compromisso assumido.

De resto, as explicações dadas a este respeito foram sempre bastante frágeis, como se comprova pela análise do ponto 7 do Auto de Declarações, onde se pode ler que: *"Perguntado por que é que, tendo dificuldades no envio via e-mail, não procedeu ao envio via fax, respondeu que, na altura, não se lembrou disso. Questionado se sabia que poderia proceder ao envio por esse meio (fax), respondeu que sim."* (v. fls. 122).

Pelo exposto, atenta a confissão do Arguido, concluímos que o mesmo não procedeu, como devia, ao envio para a ADoP, dentro do prazo estabelecido, do formulário de localização relativo ao primeiro e terceiro trimestres do ano de 2010.

Passando à análise da outra infracção imputada ao Arguido, pode ler-se no anexo ao Relatório da Acção de Controlo de Dopagem, assinado pelo Dr. João Marques, que *"Cheguei a casa do atleta - , cerca das 8:15. Toquei à campainha várias vezes. Ninguém respondeu. Mais ou menos de 10 em 10 minutos, voltava a tocar cerca de 10 vezes. Cerca das 8:40 saiu uma senhora do prédio a quem perguntei se as campainhas estavam a funcionar e se sabia se morava lá algum ciclista. Ela confirmou que as campainhas funcionavam e que efectivamente vivia lá no prédio um ciclista. Continuei a ir tocando à campainha, tendo abandonado o local, cerca das ..."* (v. fls. 83).

Confrontado com este documento, aquando da sua inquirição, o Arguido disse que *"... no dia 30 de Maio de 2010, pelas 8h 15m, se encontrava na sua residência (...). Questionado como pode ter a certeza desse facto, que já ocorreu há cerca de 4 meses, respondeu que se recorda bem, porque se comentou entre os ciclistas que nesse dia os médicos da ADoP tinham estado a controlar atletas no Algarve. Perguntado se ouviu a campainha tocar nesse dia, entre as 8h15m e as 9h 15m, respondeu negativamente. Afirma que esteve em casa até às 9h30m (altura em que saiu para levar o filho a casa dos seus pais, para depois ir treinar) e tem a certeza que nesse período a campainha não tocou. Inquirido se tem conhecimento que as campainhas do seu prédio tivessem estado avariadas nesta data, respondeu negativamente. Perguntado se nessa data houve alguma falha de electricidade, disse que não se recorda. Perguntado com quem se encontrava em casa naquela data, respondeu que estava apenas com o seu filho, de xx anos de idade. Questionado se tem alguma testemunha que possa atestar que se encontrava em casa naquela data e àquela hora, respondeu negativamente."* (v. fls. 123).

Ou seja, em bom rigor, o Arguido limitou-se a alegar que estava em casa e não ouviu o toque da campainha, não apresentando, contudo, qualquer prova ou causa justificativa para esse facto.

Nestes termos, em nosso entender não subsistem dúvidas que, de facto, o Arguido praticou as infracções de que vem acusado.

Perante isto, temos como provados os seguintes factos:

1. O Arguido sabia que estava incluído no grupo alvo de praticantes a submeter a controlo antidopagem no ano de 2010;
2. O Arguido sabia que, em virtude do facto vertido em 1, estava obrigado a enviar os formulários de localização para a ADoP até às 24 horas do dia anterior ao início do respectivo semestre;
3. O Arguido apenas procedeu ao envio para a ADoP do formulário relativo ao primeiro trimestre de 2010 no dia 21 de Janeiro de 2010;
4. O formulário enviado pelo Arguido continha diversas irregularidades de preenchimento, que lhe foram notificadas no dia 26 de Janeiro, via telefónica e correio electrónico, sendo-lhe solicitada a correcção, no prazo máximo de 48 horas;
5. O Arguido não procedeu às correcções do formulário, conforme solicitado pela ADoP;
6. O Arguido apenas enviou para a ADoP o formulário de localização relativo ao 3.º trimestre de 2010 no dia 4 de Julho, ou seja, fora do prazo;
7. No dia 30 de Maio de 2010, pelas 8h 15m, o Dr. João Marques (Médico Responsável pelo Controlo de Dopagem – adiante MRCD) deslocou-se à residência do Arguido, sita na _____, afim de o submeter a um controlo antidopagem fora de competição;
8. Segundo a informação prestada pelo Arguido no formulário de localização enviado para a ADoP, relativo ao segundo trimestre de 2010, àquela hora, naquele dia, encontrar-se-ia na sua residência;
9. O MRCD tocou com insistência à campainha da residência do Arguido;
10. O Arguido não abriu a porta ao MRCD;
11. Durante uma hora, o MRCD foi tocando com insistência na campainha, em intervalos de cerca de 10 minutos, sem que nunca ninguém tivesse respondido;
12. Às 9h15m, como ninguém atendeu, o MRCD abandonou o local, dando o controlo como não realizado;

13. Desta forma, o Arguido impediu a realização do controlo antidopagem.

ii) DO DIREITO

Os factos dados como provados consubstanciam a prática de duas infracções ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea f) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho e a prática de uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea g) do mesmo diploma legal.

Como os factos ocorreram no período de 18 meses consecutivos, constituem uma violação das normas antidopagem, nos termos do disposto no artigo 3.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho.

Dado que o Arguido é reincidente (trata-se da segunda infracção que pratica), a sanção equivalerá a pena de suspensão por um período de 15 a 20 anos.

III. PROPOSTA DE DECISÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção (v.g. artigo 71.º n.º1 do Código Penal).

A conduta do Arguido é-lhe imputada, pelo menos, a título de negligência. Com efeito, os ciclistas não podem desconhecer que têm obrigações legais inerentes à prática da sua actividade, e que essas obrigações devem ser cumpridas. Nestes termos, sendo o Arguido um ciclista profissional, que depende economicamente deste desporto e que conta já com largos anos de experiência na modalidade, não se entende por que motivo, sabendo que se encontrava no grupo alvo de ciclistas a controlar, não enviou os formulários de localização atempadamente para a ADoP. E, a justificação que este apresentou em sede de inquérito, quando referiu que "*Pensou sempre que os atrasos fossem tolerados*" (v.fls. 122) é bem demonstrativa da negligência com que agiu.

Assim sendo, estamos em crer que a negligência que, perante a prova realizada, é imputável ao atleta, deve ser considerada grave.

Por outro lado, na determinação da medida da pena deverá ser tido em conta que este Arguido já anteriormente (no ano de 2004) foi condenado a uma suspensão da actividade desportiva pelo período de 6 meses, após ter acusado positivo num controlo antidopagem.

Como atenuante, deverá ser tida em conta a confissão do Arguido relativamente à não entrega atempada dos formulários relativos ao primeiro e terceiro trimestres de 2010.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, e vista a moldura sancionatória em causa, atendendo à idade do Arguido, é certo que qualquer pena aplicada ditará inequivocamente o fim da sua carreira desportiva de ciclista, pelo que, em atenção a este facto, propomos a aplicação da pena mínima aplicável ao caso concreto, ou seja, quinze anos de suspensão da actividade desportiva.

Lisboa, 16 de Novembro de 2010

O Instrutor,

